

09/01/2026

NUCAPI

CGEPI





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA (GABPRES)
NÚCLEOS DE APOIO À PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL
NÚCLEO DE ATENÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA,
DO ADOLESCENTE E DA PESSOA IDOSA (NUCAPI)

COMITÊ GESTOR DA POLÍTICA JUDICIÁRIA DA PRIMEIRA INFÂNCIA
(CGEPI) PRESERVANDO VÍNCULOS

Ato de Criação: Termo de Coop. n. 003/059/2024 Membros: Portaria 1579/2024

Data: 09/01/2026

Horário: 11h

Local: Sala 905, n.º 02 do DICOL e Microsoft

Teams Apoio: NUCAPI

PAUTA DE REUNIÃO

ASSUNTOS GERAIS:

1. Informar sobre resposta do processo SEI para registrar informações sobre filhos de pessoas presas e os dados do responsável pela criança, no momento da prisão, bem como resposta do formulário modelo encaminhado para a diretoria de tecnologia, para análise da viabilidade de implementar novos campos para coleta de dados referentes a pais e mães presos, com filhos de até 12 anos;
2. Dra. **Maria Isabel Saboya**, Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro, informar sobre a inclusão, no SIPEN, do cadastro das internas com filhos menores de 12 anos, da unidade prisional Djanira Dolores de Oliveira, visto ser a única unidade sem essas informações.
3. Dra. **Maria Isabel Saboya**, Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro, informar sobre o envio de ofício à Desembargadora responsável pela Justiça Itinerante, para garantir pelo menos três ações fixas por ano no Rio de Janeiro, visando ampliar o alcance e a regularização de situações de guarda e benefícios sociais.

ASSUNTOS ESPECÍFICOS:

1. Sugerir data de reunião, para 2026, com os serviços do executivo municipal (CRAS e CREAS), para apresentar o Projeto Preservando Vínculos, incluindo-se a Coordenadoria de Transferência de Renda, por sugestão da Sra. **Emely Pontes**, da SMAS e a Sra. **Isabel Clara**, Assessora de Políticas estadual, a SUBCAD/SEDSODH, com foco nos casos de responsáveis que não têm documentação, sejam as situações que implicam o instituto da guarda subsidiada e/ou guarda compartilhada.
2. Marcar reunião para elaboração de FLUXO entre VRP (SEPAT) e SEAP, para encaminhar os casos de reconhecimento da paternidade de mulheres privadas de liberdade, com filhos na situação de subregistro paterno, iniciando a referida ação piloto, pela unidade prisional Talavera Bruce.